



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS

Processo TC 6768/989/16
Poder EXECUTIVO
Município Ferraz de Vasconcelos
Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS
Período 04/2017
Relator Dr. Dimas Eduardo Ramalho
Unidade Fiscalizadora 04ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
Responsável JOSE CARLOS FERNANDES CHACON
Cargo PREFEITO
CPF 448.139.028-04
Período de Gestão 01/01/2017 a 31/12/2020

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 2/08, vimos por meio deste **alertá-lo(a)** a respeito das seguintes situações:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Não entrega dos seguintes documentos:

Tipo de Documento	Mês	Ano
ATA AUDIENCIA ACOES SAUDE	4	2017

Os seguintes documentos foram entregues intempestivamente:

Tipo de Documento	Mês	Ano
PARECER CONSELHO SAUDE	4	2017
Publ. RREO Balanço Orçamentário	4	2017
Publ. RREO Dem. Função / Subfunção	4	2017
Publ. RREO Dem. Apuração RCL	4	2017

Publ. RREO Dem. Receitas e Despesas Previdenciárias	4	2017
Publ. RREO Resultado Nominal	4	2017
Publ. RREO Resultado Primário	4	2017
Publ. RREO Restos a Pagar	4	2017
Publ. RGF Executivo	4	2017
Publ. do Demonst. de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Anexo 8 RREO)	4	2017
Publ. do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4	2017
Conciliações Bancárias Mensais	4	2017
Questionário sobre Transporte	4	2017

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Situação desfavorável demonstrando tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações para observância do disposto no art.9º da Lei Complementar nº 101/00.

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Alerte-se que o percentual apurado dos Gastos com Pessoal ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da LRF, estando sujeito, ainda, às vedações previstas nos incisos I a V do parágrafo único do art. 22 da Lei já mencionada, haja vista o limite prudencial ter sido também alcançado.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

Data da Geração: 03/08/2017
Hora da Geração: 22:04:25